

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Termo de Contrato Administrativo para
Fornecimento de internet e manutenção em
equipamentos que entre si firmam a
**Câmara Municipal de Minduri/MG e
BR Automação e Consultoria Ltda-ME.**

A **Câmara Municipal de Minduri**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Rio Grande do Sul, nº 100, centro, Minduri/MG, Cep: 37447-000, inscrita no CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº. 07.400.574/0001-04, doravante simplesmente denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Presidente, Sr. **Peterson Andrade Ferracciu**, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 069.322.536-07, residente e domiciliado à Rua Durval Souza Furtado, nº 395, Vila Vassalo, Minduri/MG, CEP 37447-000 e a empresa **BR Automação e Consultoria Ltda-ME**, inscrita no CPJ de nº 01.594.763/0001-70, com sede à Rua Getúlio Vargas, 44B, Centro, Baependi/MG, neste ato representada por seu Sócio Administrador Rodrigo Guedes Machado, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF de nº 871.241.306-20 e RG SSP/MG 7.613.827. residente e domiciliado à Rua Getúlio Vargas, nº 44, apto 01, Centro, Baependi/MG, CEP 37443-000 que para efeitos do presente, recebe a denominação de **CONTRATADO**, nos termos da Lei 14.133/21, que rege o presente, e em obediência ao processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 012/2021**, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se subsidiariamente os Princípios da Teoria Geral dos Contratos, e as demais disposições legais e regulamentais aplicáveis à espécie, **RESOLVEM**, celebrar o presente contrato de **prestação de serviços de fornecimento de internet** mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA FUNDAMENTO LEGAL



- 1.1 – A presente contratação se dá embasada no processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 012/2021**, sendo regida em restrita obediência a Lei 14.133/21, e suas posteriores alterações.
- 1.2 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o disposto na Lei supramencionada e segundo os princípios gerais de Direito Administrativo e subsidiariamente de Direito Privado, em benefício do interesse público.
- 1.3 – Este contrato é lavrado com vinculação ao termo de dispensa, a teor do artigo 55, inciso XI, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO OBJETO

2.1 – Constitui objeto do presente contrato, mediante solicitação, para o período de sua vigência: Contratação de empresa apta a prestação de serviços fornecimento de internet para suprir as necessidades da Câmara Municipal de Minduri/MG, bem como o cumprimento de todos os itens constantes do presente contrato, integrante da Dispensa 012/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA

DA DURAÇÃO DO CONTRATO

3.1 – O presente contrato terá sua duração estipulada em 10 meses, iniciando-se em 29/03/2022 até 29/01/2023.

3.2 – O prazo poderá ser prorrogado, por iguais ou superiores períodos, nos termos do art. 57, inciso II, do Estatuto Licitatório, mediante aditivos, em razão da necessidade de acompanhamento dos serviços e dos processos iniciados na vigência deste contrato ou por conveniência das partes, desde que devidamente justificada a decisão de prorrogar.

CLÁUSULA QUARTA

DO PREÇO

4.1 – Pelo fornecimento do serviço contratado de manutenção em equipamentos e fornecimento de internet, o **Contratante** pagará ao **Contratado**, o valor de mensal de R\$ 98,00 (noventa e oito reais), sendo assim que apresentadas as requisições relativas ao período de 30 (trinta) dias anteriores ao da emissão da nota, ficando pactuado que o pagamento se dará mensalmente, a ser quitado todo dia 20 de cada mês.

CLÁUSULA QUINTA

DO PAGAMENTO

5.1 – O pagamento será efetuado em parcelas, sucessivas de acordo com o fornecimento da nota fiscal correspondente e após a verificação da correspondência do valor com as requisições emitidas, sempre no dia 20 de cada mês.

CLÁUSULA SEXTA

DO REAJUSTE



6.1 – Os preços relativos aos serviços pactuados estão expressos em reais e serão reajustados automaticamente no início do exercício, quando houver prorrogação, proporcional ao tempo de duração do contrato, com base na variação do IGPM ou índice oficial substitutivo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 – As despesas relativas ao objeto deste instrumento bem como os seus respectivos encargos serão efetuados nos termos e limites previstos na legislação própria, correndo no presente exercício à conta das dotações orçamentárias, com indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica, nos termos da Lei 14.133/21:

CLÁUSULA OITAVA

RESCISÃO

8.1 – O presente contrato poderá ser rescindido nos casos previstos no art. 78 da Lei 8.666/93, observado o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal.

8.2 – O **CONTRATADO** reconhece os direitos da Administração prevista na Lei n.º 8.666/93 para o caso de rescisão administrativa do presente contrato.

CLÁUSULA NONA

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 – Solicitado o fornecimento do produto pelo **Contratante** e autorizada a mesma, emerge obrigação do **Contratado** de entrega IMEDIATA, limitando-se ao limite máximo previsto no procedimento licitatório que dera ensejo à celebração do presente contrato.

9.2 – Responsabilizar-se por qualquer acidente que os seus empregados ou terceiros por ela designados venham a sofrer nas suas dependências.

9.3 – Constituem obrigações do **Contratado** todas as despesas e responsabilidades perante as leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais e de acidentes de trabalho decorrentes das relações empregatícias da mesma, e correrão, por sua conta exclusiva, todos os impostos incidentes sobre o Contrato.

9.4 – Durante a execução do contrato ou de suas eventuais prorrogações, o **Contratado** se obriga a manter todas as condições de fornecimento do produto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, nos termos da Lei 14.133/21.

9.5 – Sempre que solicitados pelo **Contratante**, o **Contratado** apresentará os documentos cadastrais exigidos pela Lei 14.133/21.

9.6 – Emitir as notas fiscais com estrita observância das disposições legais e fiscais.



CLÁUSULA DÉCIMA **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 10.1** – Efetuar os pagamentos devidos no prazo estipulado.
10.2 – Emitir as solicitações de fornecimento ao **Contratado**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA **SANÇÕES**

- 11.1** – O **Contratado** estará sujeito à multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor atualizado do contrato por atraso injustificado na prestação dos serviços solicitados.
- 11.2** – Sem prejuízo das outras sanções previstas na Lei 14.133/21, caberá a imputação de multa no importe de 10% (dez por cento) do valor atualizado do contrato, além das perdas e danos que se apurarem, nas seguintes hipóteses:
- a** – inexecução total ou parcial dos serviços contratados;
 - b** – descumprimento das obrigações assumidas contratualmente;
 - c** – nos demais casos previstos na Lei 14.133/21.
- 11.3** – A rescisão unilateral, sem justificativa nos termos contratuais, deverá ser notificado por AR, com antecedência mínima de trinta dias, obrigando a parte que tomar a iniciativa a indenizar a outra o valor correspondente a 10% (dez por cento) do saldo remanescente que seria gerado da data da rescisão até o termino normal da vigência deste instrumento contratual.
- 11.4** – Em caso de rescisão, sem justa causa, por parte do **Contratado**, ainda se lhe aplicam as demais penalidades previstas na Lei 14.133/21.
- 11.5** – Caso o **Contratante** venha a permanecer inadimplente por mais de 90 (noventa) dias, nos termos da Lei 14.133/21, o **Contratado** poderá paralisar a prestação dos serviços e solicitar a rescisão do presente contrato, sem prejuízo do crédito a que tiver direito contra o **Contratante**.
- 11.6** – Fica entendido que, com a inadimplência do **Contratante**, na forma da cláusula anterior, está autorizada a renúncia de mandatos nos processos judiciais e administrativos, consoante legislação processual civil.
- 11.7** – Ocorrendo atraso nos pagamentos, o **Contratado** incluirá na fatura seguinte o valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor da parcela em atraso, a título de mora de cada mês, consoante art. 52, § 1º do Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA **CONDIÇÕES GERAIS**

- 12.1** – Os serviços constantes neste instrumento poderão ser prestados diretamente na SEDE da Câmara Municipal de Minduri-MG, tanto quanto via acesso remoto, sem prejuízo na prestação do serviço fornecido.
- 12.2** – Valor total do contrato: R\$ 1.176,00 (um mil cento e setenta e seis reais)

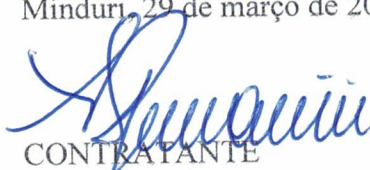


CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DO FORO

13.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Cruzília - MG, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas do presente contrato, que não puderem ser resolvidas pelas partes.

Assim, estando as partes justas e cadastradas, firmam as partes o presente instrumento, rubricando-o em todas as suas laudas, em (duas) vias de igual teor e forma, diante de 02 (duas) testemunhas juridicamente capazes.

Minduri, 29 de março de 2022.



CONTRATANTE
Câmara Municipal de Minduri
Presidente da Câmara Municipal
Peterson Andrade Ferracciu

CONTRATADO
BR Automação e Consultoria Ltda-ME.
Rodrigo Guedes Machado
Sócio Administrador

Testemunhas: _____
CPF.

CPF.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO